

Educar por amor. A cobertura do tema educação em dois atos: a greve de professores do Ceará em 2011 e a gestão do ministro da educação Cid Gomes¹

Waldenia Marcia da Silva²
Daniel Dantas Lemos³
Universidade Federal do Ceará

Resumo

O presente trabalho estuda, através da metodologia da Análise de Discurso, a cobertura do tema educação no jornal Diário do Nordeste em dois momentos: o período da greve dos professores da rede estadual de ensino ocorrida em 2011 e o período em que Cid Gomes assumiu o Ministério da Educação em 2015. Escolhemos esses dois momentos por considerar que se referem a acontecimentos importantes relativos à educação, especialmente no contexto cearense. Procuramos identificar como as questões relativas à educação, ao sistema de ensino brasileiro, aos problemas e avanços dessa área foram abordados nas coberturas realizadas.

Palavras chave: educação; professor; greve; análise do discurso; jornalismo.

Introdução

Muito se tem dito sobre a importância da educação para transformação e desenvolvimento da sociedade. Segundo relatório da UNESCO⁴ – órgão das Nações Unidas para educação, ciência e cultura – a educação ajuda a combater a pobreza e capacita as pessoas com o conhecimento, habilidades e a confiança que precisam para construir um futuro melhor.

No Brasil, o reconhecimento da importância de investir na educação enquanto nação fez o Governo Federal, no início do segundo mandato da presidente Dilma Rousseff, adotar como lema o slogan “Brasil, Pátria educadora”. A iniciativa vem na direção de promover ações que proporcionem, em âmbito direto, melhorias na política nacional de educação e,

¹ Trabalho apresentado na Divisão Temática de Jornalismo, da Intercom Júnior – XI Jornada de Iniciação Científica em Comunicação, evento componente do XXXVIII Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação.

² Estudante de Graduação 8º. semestre do Curso de Jornalismo do ICA-UFC, email: wsimples@gmail.com

³ Orientador do trabalho. Professor do Curso de Jornalismo do ICA-UFC, email: danieldantas79@uol.com.br

⁴ Informações obtidas em <http://www.cartacapital.com.br/sociedade/a-importancia-da-educacao/>

em âmbito indireto, o estabelecimento de um relevante espaço para discussão sobre o tema na sociedade civil.

Diante da importância do tema, com essa pesquisa, queremos perceber como as questões relativas à educação, ao sistema de ensino brasileiro, aos problemas e avanços dessa área foram abordados na cobertura do movimento grevista de professores da rede estadual do Ceará em 2011 e da gestão do então ministro da Educação Cid Gomes pelo jornal Diário do Nordeste. Além disso, queremos analisar a postura do jornal frente às políticas governamentais (estadual e federal) representadas pelos acontecimentos analisados, bem como identificar a postura do jornal frente ao movimento dos professores grevistas. O título do trabalho revela o fato inicial que despertou nosso interesse: a frase polêmica dita pelo ex-governador Cid Gomes durante a greve de 2011: “Quem quer dar aula faz isso por gosto e não pelo salário”. Entendemos que essa frase revela uma postura política e social que merece nossa atenção.

A Educação em Pauta

Falar sobre a importância da educação e da necessidade de investir na área tornou-se chavão político e senso comum. No entanto, qualquer discussão mais aprofundada sobre o tema sucumbe na falta de debate com o grande público sobre o modelo de educação adotado no país e o consequente retrato de cidadãos produzido por ele.

Dentro da nossa perspectiva de identificar como ocorre a cobertura jornalística sobre a educação, a hipótese da Agenda-Setting nos ajuda a compreender que a presença ou não do tema nas páginas dos jornais terá uma grande relevância no modo como o assunto é visto pela sociedade e também pelos agentes políticos. A Agenda-Setting é uma das hipóteses de trabalho no campo da comunicação que apontam para a influência da mídia e, mais especificamente, do jornalismo na construção da nossa visão de mundo. De acordo com a hipótese, os assuntos selecionados pela mídia são, a médio e longo prazos, incluídos nas preocupações pessoais e conversas do público. Da mesma forma, os assuntos não abordados são esquecidos pela sociedade.

É verdadeiro dizer que há um crescente interesse dos jornais em pautar o tema. Segundo pesquisas realizadas pela rede Andi e o Ministério da Educação⁵, entre os

⁵ Agência de Notícias dos Direitos da Infância

assuntos da agenda dos direitos das crianças e dos adolescentes acompanhados pela agência, a educação se apresenta como assunto mais coberto pela mídia impressa. Para a agência, apesar da crescente presença da educação na imprensa e da percepção de que a educação é um tema de suma importância no processo de construção de um efetivo desenvolvimento social, ainda persiste a necessidade de uma cobertura de maior qualidade que proporcione uma abordagem transversal da temática.

Neste sentido, é absolutamente compreensível que os meios de comunicação dediquem atenção total a um sistema gigantesco, com milhões de alunos, pais e professores, milhares de unidades educacionais e bilhões de reais de orçamento. O que não é compreensível, por outro lado, é que este modelo de educação que estamos adotando não seja, exceto em raríssimos momentos, posto em dúvida. “A imprensa realiza um trabalho sumamente importante ao desvendar os desvios de merenda escolar no município X ou Y. Entretanto, isto não é suficiente” (ANDI & MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, 2005, p. 18).

Assim como em outras temáticas, a cobertura sobre educação é conduzida principalmente por ações governamentais e tem nos órgãos oficiais suas principais fontes. Falta a compreensão da educação de forma ampla permeando todas as editorias. Para que essa cobertura de qualidade aconteça, os jornalistas precisam entender um pouco do sistema educacional brasileiro e do perfil do professor que atua nesse sistema.

Entendendo o sistema educacional brasileiro - a expansão da Educação no Brasil

A expansão da educação básica no Brasil é muito recente. Ela se operou principalmente a partir da segunda metade do século passado e com mais força em dois momentos significativos: na década de 1960, no período desenvolvimentista e na década de 1990 refletindo o espírito de garantias de direitos plenos que se seguiu à promulgação da constituição de 1988 e mais tarde culminou na elaboração da lei 9394/96 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação, considerada um grande avanço na política educacional do país. Em ambos os momentos, a expansão esteve associada também às demandas do mercado capitalista.

Gatti & Barreto (2009) nos lembram que o processo de expansão da escolarização básica no país só teve um crescimento real em número de alunos matriculados na rede pública de ensino em fins dos anos 1970 e início dos anos 1990. Segundo as autoras, a escolarização no Brasil foi, durante séculos, uma característica particular das elites, e,

embora houvesse um debate em torno do tema, faltava uma política inclusiva da população como um todo na escola (GATTI & BARRETO, 2009). Apesar de o ensino primário gratuito já ser garantido pela Constituição desde 1946, a oferta de escola pública era muito pequena diante do crescimento populacional brasileiro. Foi com as pressões populares e com as demandas da expansão industrial e do capital que os investimentos públicos no ensino fundamental começam a crescer.

A expansão do acesso à educação acentuou também, no Brasil, o processo de deterioração do sistema público de ensino ocasionando efeitos desastrosos no funcionamento das escolas, principalmente as localizadas em grandes centros urbanos (SAMPAIO & MARIN, 2004, p.1202). Além disso, essa expansão demandou um crescimento do número de profissionais necessários para atuar num sistema educacional tão grande. De acordo com Sampaio & Marin (2004, p.1205, 1206), as últimas décadas do século XX registraram um salto enorme na quantidade de docentes no país passando de 248 mil, em 1960, para 1.377.665, em 1994 até ultrapassar a casa dos dois milhões nos anos 2000. Para preencher esse quadro de profissionais foi necessário recorrer a uma grande parcela da população considerada economicamente ativa, mas que se encontrava fora do mercado de trabalho. Situação que explica a forte presença das mulheres no quadro de docentes do país.

A rápida expansão da educação e do número de professores também resultou em problemas na qualificação desse profissional. Não havia no país número suficiente ou quadro de reserva qualificado para a função. Embora a exigência de formação em nível superior para os professores dos diferentes componentes curriculares que hoje equivalem àqueles da 6ª a 9ª séries do ensino fundamental e do ensino médio seja de meados do século passado, 14,5% dos ocupantes das funções docentes de 6ª a 9ª séries ainda estão sem preparo de nível superior (GATTI & BARRETO, 2009, p. 36).

Outro aspecto importante sobre o professor é que, no Brasil, nas diversas regiões e estados, a importância retórica atribuída a esse profissional não redundou em nenhum estatuto de carreira ou salários que fossem com ela compatíveis. Há uma dificuldade tanto dos profissionais como do restante da sociedade de caracterizar a atividade docente como uma profissão de fato:

A representação da docência como “vocação” e “missão”, de certa forma afastou socialmente a categoria dos professores da ideia de uma categoria profissional de trabalhadores que lutam por sua sobrevivência,

prevalecendo a perspectiva de “doação de si”, o que determinou, e determina em muitos casos, as dificuldades que professores encontram em sua luta categorial por salários, dificuldades estas que estão presentes no âmbito social e político, bem como na cultura intracategoria (GATTI & BARRETO, 2009, p. 233).

Nesse contexto, reivindicações por melhores salários ou por mudanças nas condições de trabalho feitas pela categoria através de manifestações e greves costumam ser mal vistas pela sociedade. Aos professores, e não ao Estado, são atribuídas as responsabilidades pelas salas de aula vazias, os maus resultados dos estudantes e a demora na solução dos conflitos.

Com vistas a diminuir as disparidades nos salários dos professores ao redor do Brasil, foi sancionada em julho de 2008 a Lei nº 11.738 que instituiu o piso salarial profissional nacional para os profissionais do magistério público da educação básica. Além de determinar um valor mínimo para pagamento dos profissionais, a lei também garantiu que os professores terão direito a um terço de sua carga horária destinada a atividades de planejamento e estudo.

A lei, que deveria ter sido comemorada pelos gestores que há anos pregam a educação como mola de crescimento para o país, foi, contraditoriamente, questionada por eles na Justiça. Governadores de cinco estados brasileiros - Ceará, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, Paraná e Mato Grosso do Sul - impetraram uma Ação Direta de Inconstitucionalidade (Adin) no Supremo Tribunal Federal contra a lei. Segundo os governadores, o parágrafo que firma o limite máximo de dois terços da carga horária para o desempenho das atividades de interação com os educandos não tem respaldo na Constituição Nacional. Os governos estaduais entendem que essa decisão não é constitucional já que os estados gozam de autonomia para legislar sobre seus sistemas de ensino. Em abril de 2011, o Supremo Tribunal Federal (STF) julgou a ação improcedente, sem, contudo, conferir efeito vinculante à decisão quanto ao juízo referente à jornada de trabalho.

Seleção do corpus e metodologia

Na seleção do nosso corpus, optamos por aquelas matérias que foram manchetes principais na capa do jornal. Dentre as matérias de capa, a manchete principal ocupa lugar de destaque, aparecendo como assunto mais importante entre os importantes. Cada edição

do jornal possui apenas uma manchete principal. Tornou-se necessário colocar isso em evidência uma vez que um dos objetivos de nossa análise é perceber em que medida os assuntos relativos à educação são considerados importantes para a mídia ao ponto de se tornarem notícia. Dessa forma, chegamos a um total de seis manchetes, que se desdobraram em 12 notícias já que muitas vezes a manchete repercutia em diferentes cadernos e páginas do jornal. Para esse artigo apresentaremos a análise de duas capas (a primeira sobre a greve e a primeira sobre o ministério) e as notícias que delas se desdobram.

Os textos foram analisados sob o prisma da Análise de Discurso, para quem os significados das palavras ou textos não existem em si mesmas e nem são controlados por quem as diz. Como afirma Orlandi (2015, p. 30), “as palavras não são só nossas. Elas significam pela história e pela língua.”. O dispositivo de interpretação da Análise de Discurso, segundo Orlandi (2015),

tem como característica colocar o dito em relação ao não dito, o que o sujeito diz em um lugar com o que é dito em outro lugar, o que é dito de um modo com o que é dito de outro, procurando ouvir, naquilo que o sujeito diz, aquilo que ele não diz mas que constitui igualmente os sentidos de suas palavras (ORLANDI, 2015, p. 57).

A autora nos diz ainda que “no funcionamento da linguagem, que põe em relação sujeitos e sentidos afetados pela língua e pela história, temos um complexo processo de constituição desses sujeitos e produção de sentidos e não meramente transmissão de informação” (ORLANDI, 2015, p. 19). Tal afirmação se faz importante na medida em que nos propomos a analisar exatamente um gênero cujo objetivo primeiro é transmitir informações e o faz sob o simulacro de imparcialidade. No entanto, compreendemos que essa imparcialidade é inexistente e que o “discurso da mídia é sempre engajado, parcial, comprometido e intencional, mesmo e principalmente quando afirma o contrário e opera artifícios de apagamento e rarefação das subjetividades e intencionalidades nele contidas” (LE MOS, 2013, p. 152).

A educação está no jornal, mas na página policial – a greve dos professores do Ceará em 2011

A greve dos professores do estado do Ceará em 2011 se estendeu por 63 dias de paralisação efetiva e mais 30 dias de estado de greve período no qual se realizaram as negociações entre governo e categoria. Foi a mais longa greve e a que teve maior adesão na

história do estado. A implantação do piso salarial e de um plano de cargos e carreiras que os professores considerassem justo provocou a paralisação. No entanto, outros fatores tornaram o movimento mais forte: a abordagem violenta dos policiais durante protestos dos professores e uma fala polêmica do governador Cid Gomes sobre o funcionalismo público. O clima entre governo e grevistas ficou tenso e houve desgaste entre as partes. Durante a greve, o governador e a secretária de educação do estado, Izolda Cela, foram acusados de cometer assédio moral ao ameaçar cortar os salários e demitir professores grevistas se não houvesse retorno imediato ao trabalho. A paralisação terminou com a categoria dividida e com promessas de mudanças por parte do governo, mas sem que os professores alcançassem os avanços pretendidos de fato.

Um dos pontos mais polêmicos do movimento foi a repercussão de uma frase dita pelo então Governador Cid Gomes. Segundo as redes sociais, o governador teria dito durante um evento no Rio Grande do Norte, alguns dias após o início da greve no Ceará: “Quem quer dar aula faz isso por gosto e não pelo salário”⁶. Os professores entenderam a fala como ofensa e afronta. Em resposta, criaram uma campanha no facebook que dizia: “Cid Gomes, doe o seu salário e governe por amor”. A campanha ganhou a adesão de mais de 19 mil internautas.

Por três vezes a greve foi a manchete⁷ do jornal Diário do Nordeste, nessas três ocasiões a notícia estava relacionada a incidentes de violência durante protestos. Além das manchetes, nosso levantamento apontou para outras 14 inserções do tema na capa do jornal

⁶Não há registros em áudio ou vídeo disponíveis sobre da fala de Cid. Uma matéria do jornal Diário do Nordeste, publicada no dia 31/08/2011, fala da repercussão do episódio e reproduz a fala que os internautas atribuíram ao governador: “quem quer dar aula faz isso por gosto e não pelo salário. Se quer ganhar melhor, pede demissão e vai para o ensino privado. Eles pagam mais? Não. O corporativismo é uma praga.” A frase teria sido dita por Cid Gomes durante um evento no Rio Grande do Norte alguns dias após o início da greve. Um áudio divulgado na internet posteriormente ao fato mostra o governador explicando a afirmação anterior: “Olha eu... a minha opinião primeiro sobre atividade pública: quem tá na atividade pública, e essa atividade pública vai desde deputado, governador, prefeito, vereador, e mais, médico, professor, policial... certo? Tudo isso é uma atividade pública. Então, a meu juízo, isso é uma opinião minha - acho que eu tenho direito de ter minha opinião -, quem entra em atividade pública deve entrar por amor, não por dinheiro. Isso é uma opinião minha. Isso é uma opinião minha: que governador, prefeito, presidente, deputado, senador, vereador, médico, professor, policial devem entrar... devem ter como motivação para estar na vida pública amor, espírito público.” Perguntado por um interlocutor sobre a necessidade de esses profissionais terem salários justos, Cid respondeu: “Claro que tem. Mas uma coisa nega a outra? Eu estou dizendo que essa deve ser uma premissa. Quem está atrás de riqueza, de dinheiro, deve procurar um outro setor, não a vida pública. É o que eu penso.”

⁷ Para este trabalho consideramos como manchete o título principal da capa do jornal composto por todo o conteúdo textual que inclui o chapéu (subtítulo acima da frase em destaque) e frase em destaque.

desde o início, no mês de agosto, até o término efetivo da greve, em novembro⁸. Durante o primeiro mês de greve pouca relevância foi dada ao fato, apenas depois do primeiro incidente de violência o jornal passou a acompanhar mais de perto o movimento dos professores.

Foi quando a greve completou um mês, em dois de setembro de 2011, que surgiu a primeira manchete sobre o tema: “Professores em greve: baderna cancela sessão na assembleia”. Ao lado, uma foto de quase meia página mostrava um grupo grande de professores em movimento, um policial caído no chão no meio da cena e um policial empunhando um cassetete. Logo abaixo do título, lemos: “Trabalhadores da rede estadual de ensino ocuparam a Casa Legislativa e tentaram entrar no plenário. Houve confronto quando a Polícia Militar procurou impedir o acesso ao local”.

O uso da palavra *baderna* em letras garrafais para nomear o incidente já indica que o jornal tem uma postura de reprovação em relação à greve dos professores. No texto que abre a chamada da capa, logo abaixo do título, o jornal opta por usar o termo trabalhadores da rede estadual de ensino em vez de professores. Essa escolha demonstra uma estratégia de rarefação que busca ocultar o sujeito ou lhe tirar a credibilidade inerente à profissão.

A notícia ocupou toda a página 12 do caderno Cidade. O destaque da página foi dado a cinco fotos do conflito onde também apareciam professores e policiais em posições opostas ou em posições de confronto. O título dizia: “Professores invadem Assembleia e entram em confronto com a Polícia”. De acordo com o título, o jornal informa que quem invadiu e provocou o conflito foram os professores. A polícia apenas defendeu-se e cumpriu com seu dever.

Numa análise textual e gráfica é possível perceber que a ênfase do jornal foi dada à violência do evento. É comum que isso aconteça no jornalismo, pois os atos violentos tendem a fugir da normalidade do cotidiano tornando-os fatos noticiáveis. Quanto menos comum, mais probabilidade um acontecimento tem de se tornar notícia (RODRIGUES, 1988 in TRAQUINA, 1993, p.27).

Enfatizando essa ideia de violência, o texto constrói uma imagem do professor grevista como agressivo e baderneiro, elegendo assim os mocinhos e os bandidos da

⁸ A greve foi deflagrada no dia dois de agosto de 2011 e só foi encerrada efetivamente no dia 25 de novembro daquele ano. No entanto, os professores voltaram ao trabalho em 08 de outubro, sob alegação do governo de que isso era necessário para manutenção da negociação. Nesse período a categoria ficou em estado de greve.

história. Como afirma Pinto (2002, p. 87), “os jornalistas não produzem simplesmente artigos, reportagens, ou documentários para jornais, revistas, rádio, televisão ou internet, eles narram histórias – que possuem estrutura, ordem, ponto de vista e valores”. É sob um ponto de vista determinado que lemos logo no primeiro parágrafo da notícia:

O clima ficou tenso ontem, na Assembleia Legislativa. Professores da rede estadual de ensino em greve entraram em confronto com a Polícia Militar. Os manifestantes invadiram as dependências da Casa Legislativa, galerias e tentaram entrar no plenário, mas foram contidos por policiais do Batalhão de Choque, que fez cordão de isolamento na entrada do plenário (Diário do Nordeste, 02/09/2011).

A repórter Luana Lima, autora do texto, constrói um ambiente de tumulto e medo. O emprego dos verbos e locuções verbais “entraram em confronto”, “invadiram”, “tentaram entrar” e “foram contidos” agregam valores de agressividade e descontrole aos sujeitos a quem se referem, os professores em greve. Esses valores são reforçados ao longo da notícia, como no trecho a seguir:

Minutos antes, PMs que fazem a segurança do Legislativo tentaram impedir a entrada dos manifestantes na entrada principal da Assembleia, mas não conseguiram conter a multidão. Durante o protesto, os grevistas picharam paredes e quebraram um banheiro do prédio (Diário do Nordeste, 02/09/2011).

As ações de *pichar* e *quebrar* realizadas na frase pelo sujeito “grevistas” agregam valores negativos ao sujeito, atribuindo-lhe ações comuns àquelas reportadas aos delinquentes e arruaceiros. Pela escolha do vocabulário e construção das frases, a notícia aproxima os professores da criminalidade e da ilegalidade ao se colocarem na condição de grevistas. Para que possamos perceber o quanto a escolha das palavras pode mudar a leitura dentro de um contexto determinado, vejamos como o jornal O Povo noticiou a pichação das paredes da Assembleia Legislativa em matéria publicada na mesma data:

A frase “Educação já!” chegou a ser pichada com tinta vermelha dentro da Assembleia, o que teria causado a revolta do presidente da Casa, Roberto Cláudio (PSB) (O Povo, 02/09/2011).

Não há aqui associação direta entre a pichação e os professores grevistas. A informação sobre o conteúdo da frase pichada (“Educação já!”) na parede da casa legislativa foi suprimida no texto do jornal Diário do Nordeste, numa estratégia discursiva de ocultação que impede qualquer atribuição positiva ao ato. A notícia do Diário do

Nordeste faz ainda menção ao prejuízo dos motoristas que enfrentaram um engarrafamento na Avenida Desembargador Moreira durante passeata dos manifestantes. Mais uma vez a greve é associada a prejuízos, reforçando o caráter negativo do movimento e de seus participantes.

O texto está organizado em treze parágrafos. Apenas no penúltimo os motivos pelos quais os professores estavam em greve são citados: “A expectativa dos professores é que o governo assine um TAC garantindo o Plano de Cargos e Carreiras (PCC) tendo como base a Lei 12/066, de 1993; a implantação do Piso Nacional; e 1/3 de hora atividade”. Mesmo assim, a informação não é detalhada. Nenhuma explicação sobre o plano de cargos e carreiras, o piso nacional, a hora atividade ou mesmo sobre o que diz a lei citada são fornecidas, tornando o texto confuso e de difícil entendimento para leitores não acostumados a esses termos.

Também não há referência ao fato de o Governo do Estado ter entrado na justiça pedindo a ilegalidade da greve, o que atrapalhou as negociações que estavam avançando segundo matéria divulgada na edição do dia anterior do próprio jornal. Não há também qualquer alusão à polêmica frase dita pelo governador, nem mesmo o nome do chefe do executivo é citado em todo o texto. A escolha editorial do jornal em ocultar essas informações mostra que o não dito é tão importante para a compreensão de um discurso quanto o que é dito. Faz parte do jogo de recorte e rarefação do discurso (FOUCAULT, 1996).

Uma política para a educação ou a educação como arma política – Cid Gomes no Ministério da Educação

Foi num contexto difícil, após uma disputada eleição e problemas em construir alianças, que a presidenta Dilma Rousseff escolheu a educação como carro chefe para sua segunda gestão. Logo em seu discurso de posse ela apresentou ao público o slogan de seu novo governo: *Brasil, Pátria educadora*. Numa clara intenção de mostrar preocupação com a área e interesse em promover investimentos e mudanças. Para capitanear a pasta, Cid Gomes, ex-governador do Ceará foi convocado para ser o novo Ministro da Educação.

É verdade que a escolha de Cid deveu-se principalmente à conjuntura política. O ex-governador havia apoiado a reeleição de Dilma com todas as forças, tanto que deixou seu

partido, PSB, quando a sigla decidiu ter candidatura própria ao Planalto. Colocar o apoiador no primeiro escalão de seu governo era uma forma de retribuição. No entanto, a escolha não havia sido arbitrária. Cid Gomes tinha a seu favor bons indicadores numéricos em sua carreira política e, apesar de enfrentar greves tanto de professores do ensino básico como das universidades estaduais, deixava resultados que colocavam a educação como um dos bons legados de seu governo no Ceará. Entre os trunfos estava o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), implantado em sua gestão que mais tarde se tornou modelo para um projeto federal envolvendo todos os estados. O objetivo do PAIC é assegurar que todas as crianças estejam alfabetizadas até os oito anos de idade, ao final do 3º ano do ensino fundamental.

A indicação de Cid Gomes para o Ministério da Educação alcançou grande repercussão na imprensa cearense desde o anúncio de sua indicação, ainda em dezembro de 2014. Sua posse teve destaque no Diário do Nordeste figurando ao lado da posse do governador do estado, Camilo Santana e da presidente Dilma Rousseff na manchete do dia 02 de janeiro de 2015. Na capa do jornal, Cid aparece sorrindo em uma foto ao lado de Dilma durante a cerimônia em Brasília. Na legenda está escrito: “Após receber a faixa presidencial, Dilma deu posse aos novos ministros, entre eles, o ex-governador cearense, Cid Gomes”. Dividindo espaço entre a posse de Dilma e do governador Camilo Santana, a manchete anuncia: “Camilo promete diálogo; Dilma quer priorizar educação”.

A manchete repercute em sete páginas da edição do jornal, sendo duas no caderno Política e quatro no caderno Nacional. Dessas, três páginas abordam a educação no novo governo Dilma e a posse do novo ministro.

A página 12, do caderno Política relata as cerimônias de posse do governador Camilo Santana, eleito para suceder Cid Gomes no governo do Ceará. Com o título “Novo governador: Camilo promete diálogo no Governo”, a matéria principal relata os discursos de Cid e Camilo na cerimônia de transmissão do cargo. Embora se proponha a falar do novo governo, é interessante que, seja em alusão ao cargo de governador ou ao de ministro, a referência a Cid Gomes prevalece na notícia. O nome de Cid aparece doze vezes contra nove de Camilo. Ele é citado inclusive no discurso do governador empossado:

“Não tenho dúvida que será um grande ministro e que terá a oportunidade de trilhar caminhos ainda mais desafiadores para fazer do Brasil um país melhor. O seu legado me motiva a trabalhar ainda mais para o Ceará seguir avançando. Muito obrigado, Cid” (Diário do Nordeste, 02/01/2015).

Ao optar por reproduzir as palavras do governador Camilo Santana sobre seu antecessor, o jornal mostra a relação de parceria entre os dois políticos. Embora de partidos diferentes, Camilo foi eleito com total apoio de Cid Gomes. No interdiscurso apontado pela fala de Camilo é possível perceber operadores argumentativos que levam à conclusão de que Cid é um homem trabalhador, que superou desafios e trouxe avanços para o Ceará. A utilização da expressão adverbial *ainda mais* por duas vezes no trecho pressupõe: que os caminhos trilhados por Cid até o momento eram desafiadores; e que Cid trabalhou muito pelo Ceará e, para superá-lo, Camilo deve trabalhar muito mais.

O tema educação aparece no texto na reprodução de parte da fala de Cid Gomes, confirmando o caráter polifônico do discurso e deixando que o próprio político avalie as ações de seu governo nessa área. Ainda assim, o sujeito-autor da notícia contribui para uma avaliação positiva ao dizer que a educação foi destaque na gestão e o credenciou a ocupar o cargo de ministro. A informação de que Cid foi aplaudido ao falar dos resultados na educação em seu governo indicam a aprovação dos presentes e reforçam a imagem de bom gestor na área atribuída ao novo ministro, como podemos ver no fragmento:

Cid ainda se referiu à área que mais teve destaque na sua gestão, a educação, e que o credenciou a ser convidado pela presidente Dilma Rousseff a ocupar o cargo de ministro. “O enfoque social evidentemente distribuiu resultados positivos por todas as áreas, sendo que a da educação avançou a passos largos. Nosso Estado não poderia deixar de exibir resultados positivos quando a lição de casa é o PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa)”, atestou, sendo aplaudido pela plateia (Diário do Nordeste, 02/01/2015).

Um contraponto a essa imagem de bom gestor aparece, no entanto, no final da matéria. Ao dizer que “O ex-governador deixa a gestão em plena greve na Universidade Estadual do Ceará, a Uece”, o locutor põe em dúvida as medidas que o novo ministro poderá adotar em relação ao ensino superior.

A matéria publicada na página 14, no caderno Nacional, concentra-se no discurso de posse da presidente Dilma. Com o título: “Dilma promete pacote contra corrupção e priorizar educação”, a notícia privilegia as falas da presidente sobre o tema corrupção e repercute o recente escândalo na Petrobras, classificando-o como “maior escândalo de corrupção da história do país”. As propostas da presidente para combater o problema da corrupção são apresentadas na matéria.

Embora informe que a educação é prioridade na nova gestão de Dilma, essa questão não é abordada com destaque no texto. O slogan do novo governo “Brasil, Pátria educadora” é apresentado e a fala de Dilma afirmando que “a educação será a prioridade das prioridades”, reproduzida. Também são informadas as propostas da presidente de ampliar verbas para a pasta e novas vagas no programa Pronatec. Nenhuma referência ao novo ministro da educação é feita na matéria.

Ao apresentar a fala de Dilma sobre a ampliação de recursos para a educação, no 15º parágrafo, o locutor usa o termo *petista* em substituição à palavra presidente (“A petista afirmou que a educação começará a receber mais verbas, com recursos oriundos dos royalties do petróleo e recursos do pré-sal”), numa referência ao Partido dos Trabalhadores ao qual ela é filiada. Tendo em vista o princípio de descontinuidade do discurso (FOUCAULT, 1996) e levando em conta o contexto de escândalos envolvendo o partido, o uso do termo representa, também, uma estratégia de associação da imagem da presidente à imagem arranhada do partido, diminuindo assim a credibilidade de sua fala. Seria uma forma sutil de lançar dúvida sobre o possível aumento de verbas para a educação.

Também publicada no caderno Nacional, na página 14, a matéria com título “Primeiro escalão: Cid Gomes e mais 38 são nomeados” dá destaque ao ministro da educação entre os outros ministros nomeados por Dilma para o novo governo. A notícia informa que Cid ocupou lugar privilegiado na primeira fila entre os principais ministros durante cerimônia de posse.

O texto aponta ainda, usando discurso indireto, as prioridades do novo ministro na pasta: “Segundo Cid, a valorização dos professores, a ampliação da oferta de vagas em creches e no ensino integral, além da reforma do ensino médio devem ser o foco a partir de agora”. A polifonia discursiva é ampliada quando o texto reproduz a fala de Cid, atribuindo à Dilma a escolha dessas prioridades como compromisso de campanha (“Todas as prioridades que eu coloquei são compromissos da presidenta Dilma, especialmente essas três. Ela traduziu tudo isso que ela chama de melhorar a qualidade do ensino público”, disse o ministro”). Essa polifonia constitui uma estratégia de rarefação que dificulta a identificação do sujeito responsável efetivamente pelas ações prometidas. Além disso, diante das prioridades apresentadas para o trabalho com educação, podemos inferir que: professores não são valorizados no Brasil; a oferta de vagas em creches e no ensino integral

é insuficiente atualmente; e o ensino médio atual passa por problemas graves ao ponto de precisar de uma reforma.

A matéria apresenta ainda interdiscurso e outras estratégias discursivas ao citar, nos dois últimos parágrafos, a avaliação do prefeito de São Paulo, Fernando Haddad sobre a possível atuação do ministro Cid Gomes. Vejamos o trecho:

O prefeito de São Paulo, Fernando Haddad, declarou que não acredita que a nomeação do ex-governador Cid Gomes (PROS) para o Ministério da Educação represente uma perda de espaço do seu partido, o PT, no governo. Ele, que já foi titular da Pasta, elogiou o trabalho do cearense à frente da prefeitura de Sobral.

“Pega a situação de Sobral. O que aconteceu chegou a figurar nos relatórios internacionais da Unesco. Não é pouca coisa. Como prefeito, o que ele plantou em Sobral, ele já colheu”, disse Haddad. Para o ex-ministro da Educação, conquistas históricas do magistério, como o piso salarial dos professores, serão mantidas por Cid Gomes (Diário do Nordeste, 02/01/2015).

A declaração do prefeito de que discorda da perda de espaço do Partido dos Trabalhadores com a indicação de Cid para o ministério mostra a existência de pensamentos contrários ao dele. Pois só há a necessidade de negar algo que foi posto anteriormente. Uma melhor compreensão dessa questão exige que o leitor saiba que o Ministério da Educação sempre fora ocupado por pessoas filiadas ao PT durante os doze anos do partido na Presidência da República. Outro ponto que observamos, foi que ao elogiar o trabalho de Cid enquanto prefeito de Sobral, o discurso atribuído a Fernando Haddad deixa de comentar o trabalho mais recente de Cid durante seus dois mandatos de governador do Ceará. Possivelmente estamos diante de uma estratégia de ocultação que tem o objetivo de evitar polêmicas sobre a gestão do ex-governador. Por fim, a afirmação de que o novo ministro manterá conquistas históricas do magistério, como o piso salarial dos professores, pressupõe que havia dúvidas quanto a esse fato. Mais uma vez, para melhor compreensão do discurso, o leitor precisaria saber que Cid, durante seu governo, foi contrário à implantação do piso, chegando a entrar com ação de inconstitucionalidade no Supremo Tribunal Federal para derrubar a lei que o criou.

Considerais finais

A partir da análise das matérias foi possível perceber que a educação permanece como tema secundário e que evoca pouco interesse dos meios de comunicação. Analisando

as notícias do Diário do Nordeste relativas à greve dos professores da rede estadual de ensino em 2011 e ao período em que Cid Gomes esteve no Ministério da Educação, percebemos que o tema educação ficou restrito ao pano de fundo dos acontecimentos e não ganhou status de assunto principal.

Referências bibliográficas

ANDI e MEC. **A educação na imprensa brasileira, responsabilidade e qualidade da informação**. Brasília, 2005.

FOUCAULT, Michel. **A ordem do discurso**. Edições Loyola. São Paulo, Brasil, 1996.

GATTI, Bernadete Angelina e BARRETO (Coord.). **Elba Siqueira de Sá. Professores do Brasil: impasses e desafios**. Brasília: UNESCO, 2009.

LEMOS, Daniel Dantas. **Discurso e argumentação no blog Fatos e dados da Petrobras**. Curviana, 2013.

LIMA, Ana Márcia Diógenes Paiva e SAMPAIO, Inês Sílvia Vitorino. **A cobertura da imprensa cearense sobre o estatuto da criança e do adolescente**. Revista Comunicação e Espaço Público, Ano IX, n.º 1 e 2, 2006.

ORLANDI, Eni P. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 12 ed. Campinas: Pontes Editores, 2015.

PINTO, Milton. **Comunicação & Discurso**. 2ª Edição. São Paulo: Hacker Editores, 2002.

SAMPAIO, Maria das Mercês Ferreira e MARIN, Alda Junqueira. **Precarização do trabalho docente e seus efeitos sobre as práticas curriculares**. Revista *Educação e Sociedade*, vol. 25, n. 89, p. 1203-1225. Campinas: Set./Dez. 2004. Disponível em <<http://www.cedes.unicamp.br>>

SILVA, Waldenia Marcia. **Educar por amor. A cobertura do tema educação em dois atos: a greve de professores do Ceará em 2011 e a gestão do ministro da educação Cid Gomes.2015**. Monografia (Bacharelado em Comunicação Social com habilitação em Jornalismo). Instituto de Comunicação e Arte, Universidade Federal do Ceará, 2015.

TRAQUINA, Nelson. **O poder do jornalismo: análise e textos da teoria do agendamento**. Minerva, Coimbra: 2000.